

## Revista de Direito, Estado e Telecomunicações (The Law, State and Telecommunications Review)

Apresentação	<i>Introduction</i>
Direito, Estado e Telecomunicações: a força gravitacional da banda larga	<i>Law, State and Telecommunications: The Broadband Gravitational Force</i>
Artigo	<i>Article</i>
Petição para confirmação do direito do consumidor de utilização de programa de comunicações pela internet em redes sem fio e de conexão de dispositivos em tais redes	<i>Petition to confirm a consumer's right to use the Internet communications software and attach devices to wireless networks</i>
Estudos	<i>Studies</i>
O papel dos Pontos de Troca de Tráfego em políticas e regulação da banda larga	<i>The Role of Internet Exchange Points in Broadband Policy and Regulation</i>
Mudança tecnológica e definição da agenda de políticas públicas: regulação para universalização da banda larga no Brasil	<i>Technological Change and Public Policy Agenda Setting: The Broadband Regulation for Universalization in Brazil</i>
O mercado brasileiro de vídeo: análise regulatória sob a perspectiva do direito norte-americano	<i>The Brazilian Video Marketplace: A Regulatory Analysis and Perspective under the US Law</i>
A Lei Geral de Telecomunicações sob uma perspectiva convergente	<i>The General Telecommunications Law from a convergent perspective</i>
O direito à comunicação como princípio fundamental: internet e participação no contexto da sociedade em rede e políticas públicas de acesso à internet no Brasil	<i>The Right to Communicate as a Fundamental Principle: Internet and Participation in the Context of the Network Society, and the Public Policies for Internet Access in Brazil</i>
Palestra	<i>Lecture</i>
Brasil Conectado: o Programa Nacional de Banda Larga e perspectivas para 2011-2014	<i>Brazil Connected: The Broadband National Plan, and the 2011-2014 Prospects</i>
Informes	<i>Updates</i>
O processo de coordenação e o direito de exploração de satélite	<i>The Satellite Coordination Process and Licensing</i>
A revisão quinquenal dos contratos de concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC): período 2011-2015	<i>The Quinquennial Review of the Switched Fixed Telephone Service Public Regime Agreements for the Years 2011-2015</i>
Arcabouço normativo	<i>Normative framework</i>
Normas e julgados do setor de telecomunicações em 2010	<i>2010 Statutes, Administrative Regulations, and Judicial Decisions of the Telecommunications Sector</i>

Universidade de Brasília

Faculdade de Direito  
Núcleo de Direito Setorial e Regulatório  
Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações

Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações  
Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações

Capa: Núcleo de Multimídia e Internet da UnB

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UnB

R454 Revista de Direito, Estado e Telecomunicações = The Law, State and  
Telecommunications Review / Grupo de Estudos em  
Direito das Telecomunicações. – v.3, n.1 – (2011) –  
Brasília: Universidade de Brasília, 2011.  
v. 3

ISSN 1984-9729 (Versão impressa)  
ISSN 1984-8161 (Versão eletrônica)

1. Direito - Periódicos. 2. Telecomunicações. I. Grupo  
de Estudos em Direito das Telecomunicações. II. Título:  
Law, State and Telecommunications.

CDU 341.226.5

A Revista de Direito, Estado e Telecomunicações do [Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações da Universidade de Brasília](#) é licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0 Unported](#)

## Conselho Editorial

Prof. Dr. Márcio Iorio Aranha  
(Presidente)

Prof. <sup>ª</sup> Dr. <sup>ª</sup> . Ana Frazão	UnB/Faculdade de Direito
Prof. Dr. André Rossi	<i>Portland State University</i>
Prof. Dr. Fabio Bassan	<i>Università degli studi Roma Tre</i>
Prof. Dr. Hernán Galperin	<i>University of Southern California</i>
Prof. Dr. Humberto Abdalla Júnior	UnB/Faculdade de Tecnologia
Prof. Dr. João Alberto de Oliveira Lima	Universidade do Legislativo Brasileiro
Prof. Dr. Lucas Sierra	<i>Universidad de Chile</i>
Prof. Dr. Luís Fernando Ramos Molinaro	UnB/Faculdade de Tecnologia
Prof. Dr. Murilo César Ramos	UnB/Faculdade de Comunicação

## Comitê Executivo

Miriam Wimmer (Presidente)

André Moura Gomes

Rodrigo de Oliveira Fernandes

## **Sumário Resumido**

### *Abridged Table of Contents*

#### **Apresentação / Introduction**

Direito, Estado e Telecomunicações: a força gravitacional da banda larga ( <i>Conselho Editorial</i> )	1
--	---

#### **Artigo / Article**

Petição para confirmação do direito do consumidor de utilização de programa de comunicações pela internet em redes sem fio e de conexão de dispositivos em tais redes ( <i>Christopher Libertelli, Henry Goldberg e Devendra T. Kumar</i> )	43
---	----

#### **Estudos / Studies**

O papel dos Pontos de Troca de Tráfego em políticas e regulação da banda larga ( <i>Daniel Brandão Cavalcanti</i> )	75
Mudança tecnológica e definição da agenda de políticas públicas: regulação para universalização da banda larga no Brasil ( <i>Cristiane Vianna Rauén</i> )	89
O mercado brasileiro de vídeo: análise regulatória sob a perspectiva do direito norte-americano ( <i>Guilherme Pereira Pinheiro</i> )	111
A Lei Geral de Telecomunicações sob uma perspectiva convergente ( <i>Renata Tonicelli de M. Quelho</i> )	167
O direito à comunicação como princípio fundamental: internet e participação no contexto da sociedade em rede e políticas públicas de acesso à internet no Brasil ( <i>Pedro Augusto Maia Felizola</i> )	205

#### **Palestra / Lecture**

Brasil Conectado: o Programa Nacional de Banda Larga e perspectivas para 2011-2014 ( <i>Cezar Santos Alvarez</i> )	281
--	-----

#### **Informes / Updates**

O processo de coordenação e o direito de exploração de satélite ( <i>Renata Figueiredo Santoyo e Camila Dario Correia Lima</i> )	295
A revisão quinquenal dos contratos de concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC): período 2011-2015 ( <i>Marina Cruz Vieira Villela</i> )	311

#### **Pesquisa Regulatória em Telecomunicações / Regulatory Research on Telecommunications**

321

#### **Arcabouço normativo / Normative framework**

Normas e julgados do setor de telecomunicações – 2010	323
---	-----

## Sumário

### *Table of Contents*

#### **Apresentação / Introduction**

<b>Direito, Estado e Telecomunicações: a força gravitacional da banda larga</b> ( <i>Conselho Editorial</i> )	1
Apresentação	1
Filosofia da publicação	5
O setor de telecomunicações no ano de 2010	6
STFC e redes de suporte à internet: assimilação, confusão ou substituição?	6
O Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)	16
Mídia eletrônica: medidas anticoncorrenciais e o livre fluxo de informação	21
Revisão do marco regulatório da mídia	22
Nova legislatura	27
Concorrência, fusões e aquisições	27
TV digital: a expansão do padrão ISDB-T e destino da faixa de TV aberta analógica	32
Aspectos jurídicos específicos	33
Sobreposição de outorgas de modalidades de serviços concedidos	33
Projeto de Lei de Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado: a mídia por meios confinados	34
Abertura da competição na TV a Cabo e no MMDS	36
SMP versus MMDS: a disputa pela faixa de 2,5 GHz	38
Procedimento decisório do Conselho Diretor da Anatel	39
A sinonímia entre fundos setoriais e contingenciamento	40

#### **Artigo / Article**

<b>Petição para confirmação do direito do consumidor de utilização de programa de comunicações pela internet em redes sem fio e de conexão de dispositivos em tais redes</b> ( <i>Christopher Libertelli, Henry Goldberg e Devendra T. Kumar</i> )	43
I. Introdução e Resumo	45
II. Estrutura de mercado e a necessidade de atuação por parte da Comissão	50
A. A Comissão tem consistentemente aplicado a política de possibilitar aos consumidores escolherem os dispositivos que conectarão à rede	51
B. Empresas detentoras de infraestrutura de transporte de telecomunicações sem fio estão empregando práticas restritivas contrárias ao interesse público	55
1. Dano ao consumidor na camada de dispositivos	55
a. Concepção de produtos e mutilação de funcionalidades	56
b. Bloqueando aparelhos para determinadas operadoras	58
2. Dano ao consumidor na camada de aplicativos	60

a. Cláusulas restritivas de prestação do serviço	60
b. Ausência de plataformas abertas	62
C. Ocorreram transformações substanciais desde que a Comissão examinou pela última vez os efeitos das práticas das operadoras no mercado de dispositivos móveis	63
III. A Comissão deveria declarar que as empresas detentoras de infraestrutura de transporte de telecomunicações sem fio sujeitam-se plenamente ao <i>Carterfone</i>	68
IV. A Comissão deveria iniciar um procedimento de resolução para aplicar os termos do caso <i>Carterfone</i> à indústria de telecomunicações sem fio	71
V. O procedimento de resolução também deveria criar um mecanismo para defesa dos direitos dos consumidores ao uso de programas comunicacionais de sua escolha na internet	72

## Estudos / Studies

<b>O papel dos Pontos de Troca de Tráfego em políticas e regulação da banda larga</b> ( <i>Daniel Brandão Cavalcanti</i> )	75
Introdução	76
O conceito de PTT	76
Tendências atuais	80
Aspectos Regulatórios e Soluções	83
Situação no Brasil	84
Conclusões	86
Bibliografia	87
<b>Mudança tecnológica e definição da agenda de políticas públicas: regulação para universalização da banda larga no Brasil</b> ( <i>Cristiane Vianna Rauen</i> )	89
Introdução	90
Conceituação, formulação e implementação das políticas públicas	91
A definição da agenda de políticas públicas	94
A agenda de universalização da banda larga no Brasil	101
Conclusões	107
Bibliografia	109
<b>O mercado brasileiro de vídeo: análise regulatória sob a perspectiva do direito norte-americano</b> ( <i>Guilherme Pereira Pinheiro</i> )	111
Introdução	112
A revolução convergente	115
Convergência: à procura de uma definição	115
As várias facetas da convergência	120
Definição de serviços de telecomunicações e o problema da convergência	122
Definições dos principais serviços de telecomunicações	123
Radiodifusão	124
TV a cabo	126

Internet	128
A rigidez das definições de serviços de telecomunicações e seus efeitos sobre a convergência	130
Breves considerações para um novo arcabouço regulatório	132
A batalha pelo controle do conteúdo eletrônico no Brasil: radiodifusoras <i>versus</i> provedores de conteúdo pela internet	134
Uma breve história da indústria da radiodifusão no Brasil	134
O quadro constitucional para o conteúdo eletrônico no Brasil	137
A batalha do conteúdo eletrônico: a agenda não tão secreta das radiodifusoras brasileiras	141
O contexto da disputa	141
Limitações sobre conteúdo da internet	145
Restrição à propriedade estrangeira	147
Cotas de conteúdo no Brasil e nos Estados Unidos	148
Diferenças básicas entre radiodifusoras e outras indústrias	155
O papel da neutralidade de rede e da eficiência do espectro na batalha do conteúdo: status no Brasil	158
Conclusões	160
Bibliografia	163
<b>A Lei Geral de Telecomunicações sob uma perspectiva convergente</b> ( <i>Renata Tonicelli de M. Quelho</i> )	167
Introdução	167
Estágio decisivo que surge a partir de potencialidades extraídas da característica mais importante das TIC: a modularidade	169
Ilhas na política de comunicação	172
Modelos de regulação em camadas	178
Ilhas verticais: os silos	179
Outra divisão e aspectos relevantes	182
Camada de transmissão	183
a) Gargalos e competição	184
b) Universalização de serviços	184
c) Gerenciamento de recursos limitados	185
Camada de Aplicações	185
a) Competição efetiva	185
b) Metas sociais	185
c) Recursos escassos	186
Camada de conteúdo	186
Ponderações a respeito de um modelo em camadas	186
A Lei Geral de Telecomunicações sob uma perspectiva de camadas	187
Decomposição da Lei Geral de Telecomunicações	190
Camada de transmissão	191
Camada de aplicações	195

Camada de conteúdo	197
Conclusões	200
Bibliografia	201
<b>O direito à comunicação como princípio fundamental: internet e participação no contexto da sociedade em rede e políticas públicas de acesso à internet no Brasil</b> ( <i>Pedro Augusto Maia Felizola</i> )	205
Introdução	206
Direito à comunicação como direito fundamental	209
Classificação de direitos fundamentais quanto à relação entre seus titulares e o Estado	210
Direitos fundamentais: abertura e necessidade de atualização de seu catálogo	216
Critérios de fundamentalidade formal e material	218
Conceito de direito à comunicação e sua previsão na Constituição de 1988	220
O direito à comunicação e o Estado: um direito fundamental trivalente	225
Sociedade em rede, internet e direito à comunicação	233
A sociedade em rede: conceito e implicações	234
A essencialidade da internet na sociedade em rede	244
Direito à comunicação como um direito à informação de mão dupla e a internet	248
Políticas públicas de acesso à internet no Brasil em prol da efetividade do direito à comunicação	252
Da universalização do STFC às políticas públicas de acesso à internet	254
Iniciativas para a massificação da banda larga no Brasil	259
Backhaul	260
Programa Banda Larga nas Escolas	266
Plano Nacional de Banda Larga	267
A realidade brasileira e a busca da efetividade do direito à comunicação: entre a pobreza digital e a sociedade em rede	268
Considerações finais	272
Bibliografia	275
<b>Palestra / Lecture</b>	
<b>Brasil Conectado: o Programa Nacional de Banda Larga e perspectivas para 2011-2014</b> ( <i>Cezar Santos Alvarez</i> )	281
O que é o Programa Nacional de Banda Larga?	281
Parte um: desafios e metas do PNBL	282
Cobertura	282
Cobertura: redes de transporte	283
Velocidade/capacidade	285
Velocidade: temas tabus	285
Preço	286
Preço: carga tributária	286

Preço: combos	287
Preço: nada tema, com o mercado não há problema	288
Preço: competição	288
Telebras	289
O fantasma da Telebras	290
Carta do Guarujá	292
Onde queremos chegar com tudo isso?	293
<b>Informes / Updates</b>	
<b>O processo de coordenação e o direito de exploração de satélite</b> ( <i>Renata Figueiredo Santoyo e Camila Dario Correia Lima</i> )	295
Introdução	295
Do procedimento para obtenção do direito de exploração de posição orbital na UIT	295
Do princípio “First come, first served”	297
Do procedimento de coordenação	297
Do procedimento para notificação e registro no registro mestre da UIT	300
Da geração de <i>paper satellites</i>	301
Do procedimento interno para obtenção de posição orbital	301
A figura do direito de exploração de satélite e suas características no mundo jurídico	302
O requerimento para obtenção do direito de exploração de satélite	304
Do satélite estrangeiro	308
<b>A revisão quinzenal dos contratos de concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC): período 2011-2015</b> ( <i>Marina Cruz Vieira Villela</i> )	311
Introdução	311
Da consulta pública	312
Das audiências públicas	313
Da deliberação pelo Conselho Diretor	317
Do adiamento da assinatura dos contratos de concessão	319
<b>Pesquisa Regulatória em Telecomunicações / Regulatory Research on Telecommunications</b>	
<b>Pesquisas acadêmicas selecionadas dentre as aprovadas no período de 2009-2010, em nível de graduação e pós-graduação, na Universidade de Brasília, pertinentes ao setor de telecomunicações</b>	321
<b>Arcabouço normativo / Normative framework</b>	
<b>Normas e julgados do setor de telecomunicações – 2010</b>	323
Sumário	325
Lista de Abreviaturas e Siglas	331
Normas, Julgados e Atos de 2010	357

Fundamentos	357
Infraestrutura e Recursos no Setor de Telecomunicações	357
Administração do Setor de Telecomunicações	363
Políticas de Telecomunicações	370
Classificação de Serviços no Setor de Telecomunicações	379
Serviços no Setor de Telecomunicações	379
Ramos Jurídicos Afins	398
Aplicações de Telecomunicações	400
Atores no Setor de Telecomunicações	402
Normas Referenciadas	416
Julgados Referenciados	431
Atos Referenciados	437
Índice Alfabético e Remissivo	445